

O ACERVO PESSOAL NA FORMAÇÃO INTELECTUAL UNIVERSITÁRIA¹

Edineuza Oliveira Silva²

Resumo: Este trabalho, baseado em resultados auferidos parcialmente de nossa pesquisa realizada com estudantes universitários de IES Periféricas do interior de São Paulo, apresenta uma análise do significado da constituição de acervos pessoais na formação intelectual de estudantes universitários. Inicialmente, faz-se uma síntese do sentido de cultura escrita e seus efeitos na atividade científica; em seguida apresenta-se o conceito de acervo pessoal e suas implicações para a atividade intelectual; finalmente, faz-se uma breve reflexão, com bases em resultados preliminares sobre as formas como a questão do acervo se põe no contexto atual da Educação Superior.

Palavras-chave: Cultura escrita. Educação Superior. Acervo pessoal. Formação. Estudante.

PERSONAL TEXT COLLECTION IN COLLEGE STUDENTS TRAINING

Abstract: This work, partially based on results received from our survey of college students from IES Peripheral interior of Sao Paulo, presents an analysis of the meaning of the constitution of personal text collection in the intellectual development of college students. Initially, it is a synthesis of the sense of written culture and its effects on scientific activity, then presents the concept of personal text collection and its implications for intellectual activity and, finally, makes a brief reflection, with bases on results primary about ways the question of the acquis sets in the current context of higher education.

Keywords: Written culture. Higher education. Personal text collection. Training. Student.

Introdução

A Educação superior, em tese, caracteriza-se como um nível de estudo e de aprendizagem em que há forte investimento intelectual, de forma a proporcionar a aquisição de conhecimentos elaborados e sofisticados. Neste sentido, poder-se-ia afirmar que a organização de acervos pessoais³, ao lado do conhecimento e do uso dos acervos institucionais (bibliotecas, arquivos de pesquisa, museus), é uma exigência. Não por acaso,

¹ Este artigo traz resultados parciais da pesquisa de iniciação científica “Sobre formas de estudar e de aprender de alunos Prouni: estratégia de constituição de acervo pessoal na graduação”, desenvolvida junto ao grupo de pesquisa em educação superior do Programa de Pós-graduação em Educação da Uniso, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto. Projeto Fapesp.

²Graduada em Pedagogia na Universidade de Sorocaba (UNISO, 2009). Graduanda do curso de Geografia na Universidade de São Carlos (UFSCar). Contato: edineuza22@hotmail.com.

³ Neste estudo, consideram-se objetos próprios do acervo pessoal todo material de estudo e formação adquirido durante a graduação. Dentre estes, podemos citar: livros, revistas científicas e acadêmicas, separatas, fotocópias, cadernos, CDs, DVDs, filmes, fitas de vídeo, fotos, arquivos eletrônicos, recortes de jornais e revistas, referências bibliográficas, resenhas, resumos, fichamentos etc.

como iremos discutir mais adiante, intelectuais e pesquisadores normalmente têm seu acervo/biblioteca pessoal.

No entanto, a forma como vem se organizando a Educação Superior no mundo globalizado parece bem distante do que se apresenta no parágrafo anterior. De fato, boa parte das instituições de Educação Superior (IES), em especial as IES periféricas⁴, está voltada para a satisfação de formação profissional determinada pelo mercado, manifestando-se o conhecimento e a aprendizagem de forma absolutamente instrumental, normativa, exigindo muito pouco de auto-organização e disciplinas de estudo.

Neste contexto, em que a relação com o conhecimento e a formação acadêmica se volta a práticas mercantilistas, torna-se relevante compreender e analisar a relevância da constituição e organização de acervo pessoal pelo estudante universitário de IES periféricas. Sendo assim, este artigo, por meio de análise teórica bibliográfica, traz uma reflexão sobre o conceito de cultura escrita e sua importância para a atividade científica e o surgimento do acervo, bem como o conceito de acervo pessoal e suas implicações intelectuais na formação universitária, como forma de contribuição para o conhecimento autônomo e crítico.

Cultura escrita e formas de pensamento

Vivemos em uma sociedade onde a ubiquidade da cultura escrita permite pensá-la como um modo de organização social em que a produção e a circulação do conhecimento, dos costumes e dos valores se fazem por meio de e em sua função. A escrita, de fato, é muito mais que um simples aparato de “transcrição da fala”, ela é um processo cultural, um modo de organização dos discursos e do conhecimento.

Neste sentido, Auroux (1998) e Olson (1997a) buscam considerar o conceito de escrita e suas implicações sociais e intelectuais na sociedade no decorrer do seu processo.

Segundo Auroux, o surgimento da cultura escrita foi condição de desenvolvimento da sociedade, fazendo emergir muitas novas possibilidades intelectuais e uma nova forma de racionalidade e, permitindo assim, o desenvolvimento de tecnologias e teorias mais complexas. No mesmo sentido, Olson (1997a) acredita que o surgimento da cultura escrita como processo histórico tenha modificado radicalmente as atividades humanas e as formas culturais. Essas mudanças caracterizam-se em alterações nas formas psicológicas, formas de representação e formas de consciência

A escrita, historicamente, transformou a mente e a sociedade e, mais particularmente, a idéia de que a aquisição da cultura escrita foi o principal fator no desenvolvimento intelectual, lingüístico e social. (OLSON, 1997a, p.268).

Para uma abordagem mais significativa, dando sentido amplo a escrita como marca de uma tradição cultural, na ciência, na filosofia e na literatura, Olson (1997) considera quatro fatores essenciais. O primeiro é a escrita como forma de materializar/fixar o

⁴ O conceito de IES periférica, desenvolvido no âmbito das investigações do grupo de pesquisa de Educação Superior do PPGE-Uniso refere-se a um tipo de instituição e ao lugar relativo que ocupa no campo da Educação Superior, apresentando as seguintes características: finalidade de qualificação de mão-de-obra; ocupação do espaço e do tempo que privilegia espaço/tempo aula; apresenta formas de subserviência em relação ao mercado; produção intelectual ocasional e limitada; assiste ao público de menor poder aquisitivo; tende a atuar como receptores e divulgadores de conhecimentos pragmáticos. (BRITTO et al, 2008, p. 785).

pensamento em textos, tornando-os objeto de repetição e de reflexão e desobrigando a pessoa de guardar tudo de memória.

Esses textos têm a função de armazenar e arquivar. Podem-se adicionar informações novas e substituírem-se ou abandonarem-se as antigas. A escrita tem uma vantagem enorme por permitir armazenar textos, superando em muito a capacidade de armazenamento individual de qualquer conhecedor. (OLSON, 1997a, p.269).

O segundo fator é que o uso de textos implica a existência de instituições que se especializam e se diferem entre si.

Quando os textos não são relevantes para as práticas sociais, como a religião, a lei, os negócios, a justiça, a ciência e a literatura, têm significado cognitivo limitado. O desenvolvimento da escrita exige, portanto, algumas instituições usuárias dos textos: a igreja, o tribunal, o governo, a academia e a família. De fato, a escrita contribui expressivamente para a especialização e diferenciação dessas instituições. (OLSON, 1997a, p.271).

O autor não menciona, entre as instituições, a biblioteca; porém este argumento contribui para melhor inquirir e refletir na escrita como fator essencial no surgimento das bibliotecas e na constituição de acervo, o que será discutido adiante.

O terceiro é a existência de instituições específicas que inserem os aprendizes em outras instituições, reforçando a aprendizagem leiga da escrita, como fator determinante de valores que reforçamos nas escolas.

Essas instituições específicas incluem a família, a igreja e, nas sociedades que utilizam a escrita, principalmente a escola. Esta não só treina as crianças para exercerem determinados papéis nas instituições usuárias da escrita, mas também, de modo mais geral, treina a maioria a conviver e a confiar nessas instituições e a serem “participantes leigos” da cultura escrita. O “participante leigo” tem o mesmo campo de conhecimento das demais pessoas sobre aquela cultura e sobre as instituições nela fundamentadas, mesmo que não domine a escrita e a leitura. (OLSON, 1997a, p. 270).

Finalmente, o quarto fator é a capacidade de a escrita ser pensada, ser estudada em si mesma, ou seja, sua função metalinguística.

Deve haver a evolução de uma metalinguagem oral, ligada à “linguagem mental”, que permita falar e pensar sobre as estruturas e os significados desses textos armazenados e sobre as intenções de seus autores e suas interpretações em contextos específicos. É essa metalinguagem que permite àqueles que falam e escrevem referirem-se a um texto, suas propriedades, sua estrutura, bem como a seu significado e sua interpretação adequada. (OLSON, 1997a, p. 270).

A escrita, por seu caráter metalinguística, implica a reflexão e a tomada de consciência sobre seu uso e, com isso, acaba apresentando um ganho intelectual importante.

Sendo assim, o ato de ler e escrever tem papel fundamental em relação ao pensamento. O indivíduo, ao lidar com a língua e a escrita, toma consciência do mundo e da linguagem.

O ato de escrever exerce uma função análoga. Nele o discurso trata dois aspectos: o mundo representado e a língua usada para representá-lo. Quem lê e quem escreve tem a possibilidade de refletir sobre esses dois aspectos e de revisar o segundo deles, criar concordância entre eles. Aquele que escreve pode refletir e optar pela escolha do substantivo, do verbo, do tempo, do aspecto. (OLSON, 1997a, p. 282).

Com isso, podemos observar que a escrita estimula os indivíduos a terem consciência do texto como objeto de reflexão, bem como do seu conteúdo.

O acervo

Com base nesta discussão, caracterizando o conceito de cultura escrita e de sua abrangência social e intelectual na formação social, (em especial sua capacidade de organização intelectual no espaço físico, materializando o pensamento em objetos perenes, permitindo o armazenamento, registro e classificação do conhecimento e ampliando coletiva e individualmente a memória), torna-se possível estabelecer uma relação entre a cultura escrita e a constituição de acervo.

Entendendo acervos como forma de organização sistemática da atividade intelectual materializada, e podemos pensar que sua existência só é possível em função do surgimento da cultura escrita. Para que se consiga observar essa relação com a constituição de acervo, faz-se necessária uma abordagem das grandes alterações sociais que a escrita engendrou em seu surgimento.

Dois fatores primordiais dessa alteração social, segundo Olson (1997b), são o surgimento da ciência moderna e a invenção da imprensa.

Hipoteticamente, argumenta-se que, com o surgimento da ciência moderna, emergiram diferentes interpretações do estudo das escrituras (compreensão das escrituras). A partir dessas interpretações, houve o começo de estudos mais aprofundados a respeito das escrituras, pelo fato de serem interpretações distintas uma das outras. Essas distinções entre o dado (escrituras) e o interpretado fundamentaram a epistemologia científica: “a ciência moderna baseia-se na distinção entre a observação e a inferência, sendo as observações objetivas e confiáveis, enquanto as inferências são interpretações teóricas dessas observações” (OLSON, 1997b, p.169)

Conforme Olson, para alguns cientistas modernos, como Galileu, Willian Harvey, Robert Hooke, Robert Boyle, Isaac Newton e Francis Bacon, a ciência seria simplesmente o fato observado (o acesso direto ao dado), sem que houvesse a interferência da interpretação; ou seja, a ciência consistiria na hermenêutica aplicada, no dado, no fixo, sem os efeitos das interpretações.

Para esses pensadores, os conceitos da ciência se torna algo crítico porque: 1. A distinção assumiria a forma de observação x inferência, fato x teoria, evidência x afirmação; 2. As formas de discursos escritos podem variar, já que haveria distintas interpretações de fatos; sendo assim, o leitor também produziria textos de maneira diferente.

Olson (1997b, p. 174) afirma que:

A evolução de uma tradição de cultura escrita, portanto, envolve mais que a aquisição do conhecimento ou o desenvolvimento de uma tradição de pesquisa acumulativa. Envolve uma nova maneira de se classificar e organizar o conhecimento.

Historicamente, a escrita teve papel transformador, proporcionando grandes mudanças na teologia e, como consequência, promovendo a laicização do conhecimento, que, até então, era monopólio da igreja católica. A invenção da imprensa de Gutenberg (1448) também teve efeito fundamental na contribuição desse processo histórico; sua maior consequência foi o aumento do acesso ao conhecimento científico e filosófico produzido pela ciência moderna.

A cultura escrita em geral, e a imprensa, em particular, fixaram o registro escrito como o dado com o qual as interpretações podiam ser comparadas. A escrita criou um texto fixo, original e objetivo; a imprensa colocou esse texto em milhares de mãos (OLSON, 1997 p. 165).

O surgimento da imprensa permitiu que um número muito maior de pessoas tivesse acesso ao conhecimento produzido, que, por sua vez, passou a ser disseminado de forma mais rápida e barata e evitando a existência de certos erros que até então ocorriam.

No início, a lógica era colecionar tudo o que se produzia. Desde então, houve grande aumento no fluxo de informação gerada por um longo processo de editoração a fim de disseminar o conhecimento registrado, culminando na chamada explosão bibliográfica.

Com esse crescente aumento das publicações, ocorreu a necessidade da criação de recursos capazes de absorver e organizar as informações geradas em escalas cada vez maiores. Os acervos refletem a impossibilidade humana de absorção de todas as informações produzidas no mundo, sendo “um recurso fundamental para se administrarem as coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de informações específicas” (WEITZEL, 2002, p. 63)

Reconhecendo que a sociedade contemporânea passa por grandes transformações, Goergen (1998) acredita que elas geram efeitos sobre os mais diferentes âmbitos da vida contemporânea. Podem-se citar de exemplo o crescimento assustador da quantidade de conhecimentos e informações disponíveis e a enorme capacidade de armazenamento e transmissão de conhecimentos e informações em curto prazo.

Se há pouco mais de um século todos os conhecimentos disponíveis cabiam dentro de uma pequena biblioteca e podiam ser dominados por um só ser humano, atualmente isto é inimaginável. O homem necessita especializar-se, fazer opções, escolher recortes sempre mais restritos da realidade sobre os quais concentra seus conhecimentos. (GOERGEN, 1998, p. 55).

Seguindo a lógica do autor com relação ao fluxo de informações disponíveis, para a constituição de um acervo é preciso lidar com questões como: O que se vai reunir? Por que se faz esta seleção? Como se organiza? Tais questões se tornam pertinentes na medida em que:

A aplicação de novas tecnologias na indústria da publicação proporcionou o aparecimento de outros tipos de materiais de informação no mercado, dificultando a tarefa de seleção nas bibliotecas. (FIGUEIREDO, 1996, p. 245).

O advento da Internet se torna o ápice desse processo de transformação tecnológica, especificamente com o surgimento do documento eletrônico, mais um suporte de registro do conhecimento, possibilitando, segundo Weitzel (2002), grande capacidade de armazenamento e a facilidade de manipulação de dados.

Sendo assim, com tantas informações disponíveis, é preciso ter clareza e saber selecionar o que colecionar para que não haja excesso de informações sem sentido/significado.

O acervo pessoal e sua função na atividade intelectual

Moles (1978) nota que praticamente não existem estudos sobre *biblioteca [acervo] pessoal* na literatura científica ou nos estudos documentários. Baseado nessa afirmação, o estudo que aqui se apresenta é feito a partir da análise da teoria funcional da biblioteca, suas características, estrutura e relação entre seu criador e usuário.

O acervo é um conjunto de elementos, itens, objetos, que servem de apoio à pesquisa, à gestão ou ao estudo. Segundo Osório e Alfano (1994), entende-se por acervo “a totalidade de material que possui uma biblioteca⁵, nos vários suportes físicos, sendo relevante às necessidades de seu usuário”. A fim de ampliar o sentido do conceito de acervo, cabe ainda citar as conceituações de Moles (1978, p. 40), para quem a biblioteca pessoal seria certamente uma coleção, mas não como algo estático, já dado, e sim, antes de tudo, como a construção progressiva desse instrumento por acumulação.

Em outras palavras, um acervo ou uma biblioteca pessoal não se confundem com uma coleção de coisas. É uma coleção de objetos definidos e organizados a partir de critérios estabelecidos em função dos objetivos e finalidades da instituição ou da pessoa. Enfim, o acervo é uma organização externa do pensamento, tanto como registro como possibilidade de produção e organização da atividade intelectual.

Como mencionado, a biblioteca pessoal se relaciona com os interesses de seu elaborador/responsável, com suas preocupações profissionais, culturais, intelectuais e de estudo, sendo, portanto, uma produção contínua, incluindo tanto o conhecimento existente como o conhecimento que se produz durante o processo.

Segundo Moles, são bem poucos os intelectuais que não têm pelo menos alguns livros arrumados ou amontoados em uma prateleira, que lhes sirvam de referência para a atividade profissional.

Todo intelectual possui uma biblioteca, cujo arranjo e extensão são testemunhas dele mesmo, e é bem sabido que uma olhada na biblioteca de um intelectual diz muito sobre o que ele é, o que pensa, o que faz, sobre suas orientações políticas, seus gostos artísticos ou seus projetos recentes, pois ela é uma testemunha de sua atividade mais específica. (MOLES, 1978, p. 40).

Neste sentido, os acervos trazem esse caráter de organização intelectual, em um determinado espaço físico, externo ao indivíduo, expandindo sua capacidade de produção

⁵ Para efeito deste estudo, entende-se biblioteca não apenas como uma instituição voltada para o armazenamento e catalogação de obras, mas todo investimento pessoal de organização de arquivos, textos, etc.

de conhecimento, realização e intervenção social, contrapondo-se a ideia de armazenamento de conhecimento no cérebro.

Assim, minha biblioteca é uma amplificação de minha cultura. Em que medida a cultura pessoal pode ser realmente "amplificada"? É claro que não indefinidamente. A cultura é, por definição, minha pessoa, ela é minha ferramenta sob o controle de meu próprio campo de consciência, e a utilização dessa ferramenta é limitada por minhas próprias capacidades. Mesmo que ela sirva para amplificar meu ser, eu sou a máquina de tratamento das informações e terei de manipular os itens que saem de meus próprios circuitos de conhecimento, embora seja preciso que minha capacidade de tratamento não seja ultrapassada. Em resumo, qualquer que seja meu desejo, e meu tempo disponível, não é possível ampliar indefinidamente meu cérebro, o que seria presunçoso. (MOLES, 1978, p. 41).

Portanto, o investimento no acervo pessoal é um investimento intelectual de alto nível, que dá autonomia ao sujeito, potencializando seu pensar e a realização de ações. Todo intelectual possui um acervo, que lhe serve de referência e suporte para sua atividade profissional.

Pode-se pensar a constituição de acervo pessoal, como um processo de ampliação da produção do conhecimento e intervenção social, na medida em que a aquisição e a organização do acervo científico se fazem pela relevância do conteúdo encontrado no material adquirido (e não simplesmente pela quantidade de material ou seu tipo físico) e na incorporação de elementos intelectuais em sua cultura.

Assim como o valor de uma obra está em seu conteúdo e não na simples apresentação física (capa, formato, cor, tipo de papel), também a biblioteca não vale apenas pela quantidade e tipo de obras que possui: vale pelo seu conteúdo e pelo uso que é feito dele. (OSÓRIO; ALFANO, 1994, p.14).

Todo material adquirido precisa estar de acordo com os objetivos do organizador; os conteúdos precisam ser relevantes, confiáveis e apropriados às expectativas. Neste sentido, a informação passa a ser considerada recurso indispensável e deve estar à disposição de todos. Como afirma Miranda (2007, p. 02), "o valor da informação está associado à utilidade que ela apresenta para o público a quem se destina."

O investimento na elaboração do acervo pessoal deve estar presente em suas relações sociais, econômicas e culturais, contribuindo como instrumento formador de uma consciência crítica.

No que tange a organização, os acervos devem seguir uma série de critérios funcionais partindo de um princípio de acessibilidade e ordenação (nas bibliotecas científicas são ordenados por assunto), estando sempre ao alcance de seu usuário e de sua consciência.

Trata-se, portanto, de projetar seu universo pessoal de conhecimentos, devidamente hierarquizados, sobre um espaço linear (comprimento) ou eventualmente superficial (comprimento x altura). (MOLES 1978, p. 45)

Todo processo de recuperação das informações ou de acesso a um dado, segundo Moles (1978) implica um custo; portanto, é fundamental que os acervos estejam

classificados de forma correta, tornando o acesso ágil, de forma que não demande esforço exagerado. Tão importante quanto o conteúdo do material é a sua organização segundo um sistema lógico de classificação dos conhecimentos.

Sistematicamente, podemos resumir o valor e o significado dos acervos pessoais nos seguintes itens:

- O acervo, como forma de organização sistemática da atividade intelectual materializada, constituiu-se com o surgimento e desenvolvimento da cultura escrita (OLSON, 1997);
- É parte de um princípio de ordenação e acessibilidade, de fácil alcance de seu usuário e de sua consciência;
- Corresponde a uma expansão da memória para fora da mente; é um “espaço” externo ao indivíduo, ampliando suas possibilidades de ações;
- Inclui a totalidade de material que possui uma biblioteca, nos vários suportes físicos, relevante às necessidades do usuário/elaborador (OSÓRIO e ALFANO, 1994);
- Sua qualidade e organização se verificam pela relevância do conteúdo encontrado no material, não simplesmente pela quantidade de material ou de seu tipo físico;
- Implica a construção progressiva desse instrumento por acumulação, sendo uma extensão intelectual de seu dono (MOLES, 1978);
- Está relacionado com os interesses/finalidade/objetivos do usuário/organizador (preocupações profissionais, culturais, intelectuais);
- Caracteriza-se como um investimento intelectual de alto nível, oferecendo autonomia e potência criativa ao sujeito para pensar, expandindo sua capacidade de produção de conhecimento, realização e intervenção social.

Constituição de acervo pessoal no contexto da Educação Superior: considerações finais

Sendo as IES periféricas um tipo específico de instituição no campo da Educação Superior, que, no panorama atual, estabelece formação utilitarista voltada ao mercado de trabalho, o conhecimento e a aprendizagem manifestam-se de forma absolutamente instrumental ou informal, exige-se muito pouco de auto-organização e disciplinas de estudo. Limitada a conhecimentos cotidianos e informações prontas, típicas das mídias massivas, a perspectiva de estudo e aprendizagem de boa parte desses estudantes de IES periféricas volta-se para a aquisição de conhecimentos pragmáticos, hipoteticamente, apropriados para a inserção imediata no mercado de trabalho. No âmbito da formação profissional, tal postura supõe a incorporação de técnicas e procedimentos normatizados, na busca de treinamento para o mercado, prioritariamente de aprendizagem rápida e fácil.

É exatamente esta perspectiva de formação aligeirada e submissa às determinações de mercado que aponta para um modelo formativo em que se despreza não apenas o estímulo à constituição de acervos pessoais como, inclusive, o empobrecimento (quando não a simples inexistência) de acervos institucionais, isto é, de bibliotecas bem aparelhadas e com organização e acesso que estimulassem o estudante ao desenvolvimento intelectual.

Podemos observar que esta prática produz uma relação com o conhecimento, pautada na constituição de acervo, em que sua prática se resume ao pragmatismo. O que se verifica são a leitura e escrita de textos de forma simplesmente instrumental, sem o uso de

estruturas apropriadas de estudo (tais como: resenhas, resumos, fichamentos etc.), fundamentais para a produção e articulação de novos conhecimentos, bem como para a ampliação de materiais de estudo, em detrimento da ideia do acervo como organização sistemática da atividade intelectual materializada, e da incorporação deste material como forma de acumulação progressiva do conhecimento.

Nas IES periféricas, não há uma cultura de acervo, em que se valorizem as possibilidades de pensar, de fazer, de criar. Esses valores não são percebidos pela educação realizada nestes espaços, pois a concepção de senso comum que prevalece na educação é a de que só se tem aquilo que é guardado dentro de si, ou seja, só é valorizado o que é armazenado na memória do aluno. O acervo, por sua vez, desobriga a guardar tudo de memória.

Apesar da enorme disponibilidade de recursos que são externos à pessoa e que são, portanto, expansão da memória de sua capacidade, a consulta ao acervo externo é algo muito circunstancial. Neste sentido, nunca será como expansão do próprio saber.

Esta percepção de que a organização externa do conhecimento com a intermediação e interferência do organizador, fundamental para a organização do conhecimento e ampliação das possibilidades de ações, não é compreendida.

Parece-nos que, ademais da necessidade de qualificação profissional, a Educação Superior deve investir em formação geral, de forma a poder contribuir para a expansão da cultura e para o desenvolvimento científico e político da nação. Esta perspectiva, que se faz à medida que tenhamos estudantes autônomos e interessados, certamente pressupõe uma reconsideração radical da forma como se compreende o tato com o conhecimento, o que, por sua vez, põe em evidência a importância dos acervos públicos e pessoais.

Referências

AUROUX, S. A escrita. In: **A filosofia da linguagem**. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1998.

BRITTO, L. P. L. et. al. Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno "novo" da educação superior. **Avaliação**. Campinas, v. 13, n. 3, p. 777-791, 2008.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 63.p. 53-79, ago 1998.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002

FIGUEIREDO, N. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 245-254, jul./dez, 1996.

MOLES, A. A. Biblioteca pessoal, biblioteca universal. **R. Bibliotecon**. Brasília 6 (1), p. 39 - 52 jan./jun, 1978.

VERGUEIRO, V. de C. S. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 93 - 107, jan./jun, 1997.

OLSON, D. R. A escrita como atividade metalingüística. In: **Cultura escrita e oralidade**. OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (orgs). São Paulo: Ática, 1997^a.

OLSON, D. R, Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: **Cultura escrita e oralidade**. OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (orgs). Coleção múltiplas escritas. São Paulo: Ática, 1997b.

OSÓRIO, M. A. de L.; ALFANO, M. C. A informação registrada em papel. In: **Trabalhando na biblioteca**. São Paulo. 1994.